

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.39, n.3-4, março/abril 2017

## sumário

- 3 CONJUNTURA ECONÔMICA E OS RISCOS PARA O TURISMO NO BRASIL  
Francisco José Gouveia de Castro
- 6 RELAÇÕES COMERCIAIS EXSURGENTES  
Guilherme Amorim
- 10 O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA  
Ana Sílvia Martins Franco
- 12 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim
- 15 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

CYLLÊNEO PESSOA PEREIRA JUNIOR - Secretário

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

*Diretor-Presidente*

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO

*Diretor Administrativo-Financeiro*

DANIEL NOJIMA

*Diretor do Centro de Pesquisa*

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

**EDITORIAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

# CONJUNTURA ECONÔMICA E OS RISCOS PARA O TURISMO NO BRASIL

*Francisco José Gouveia de Castro\**

Os dados da balança de pagamentos (BP), divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB), apontam para a retomada dos gastos dos brasileiros no exterior. Segundo a autoridade monetária nacional, os dispêndios efetuados pelos viajantes residentes, que incluem gastos com hospedagem, alimentação, compras e serviços, no exterior, somaram US\$ 1,5 bilhões, em março de 2017. Tal resultado alcançou um acréscimo de 26,8% comparado aos resultados de março de 2016, derivado principalmente da elevação de 18,5% nos gastos em viagem ao exterior. Por outro lado, as entradas monetárias, que representam os dispêndios de viajantes estrangeiros dentro do território brasileiro, somaram US\$ 650 milhões, no mesmo período. Na contabilização, em termos dos resultados do Balanço de Pagamentos, foi registrado déficit de US\$ 880 milhões nas transações da rubrica viagens, em transações correntes.

Os números apontados no balanço do BC, em parte, podem ser atribuídos ao movimento da taxa cambial no período, que passou por um movimento de desvalorização, entre 2016 e início de 2017. De fato, em março de 2016, a cotação média do dólar para a compra estava em R\$/US\$ 3,7 u.u., contra R\$/US\$ 3,12 u.u., em março de 2017.

Com esse resultado, observa-se que este ano a trajetória de apreciação da taxa de câmbio local chegou ao fim. Com o histórico ascendente terminado em meados de 2011, ocorreu a intensificação das intervenções cambiais, com o governo federal passando a atuar também no mercado de derivativos, o que ajudou a piorar a percepção de risco para o Brasil. Por outro lado, os demais países emergentes, de forma geral, continuavam a se beneficiar da farta liquidez proporcionada pelas políticas monetárias de países desenvolvidos.

O ápice da queda do real aconteceu em setembro de 2015, quando a moeda ultrapassou o patamar de R\$ 4,00 por dólar. Neste ano, o câmbio perdeu 33% de seu valor.

Nesse caso, a correlação entre a cotação cambial e as despesas no exterior é significativa, justificando a situação de déficit nas transações de serviços e viagens no BP brasileiro, o que não ocorre entre o câmbio e a receita de viagens. Cabe destacar ainda a elevada correlação positiva entre câmbio e poupança, o que significa que a elevação da taxa cambial eleva o aumento da poupança das famílias, como efeito do aumento do salário real.

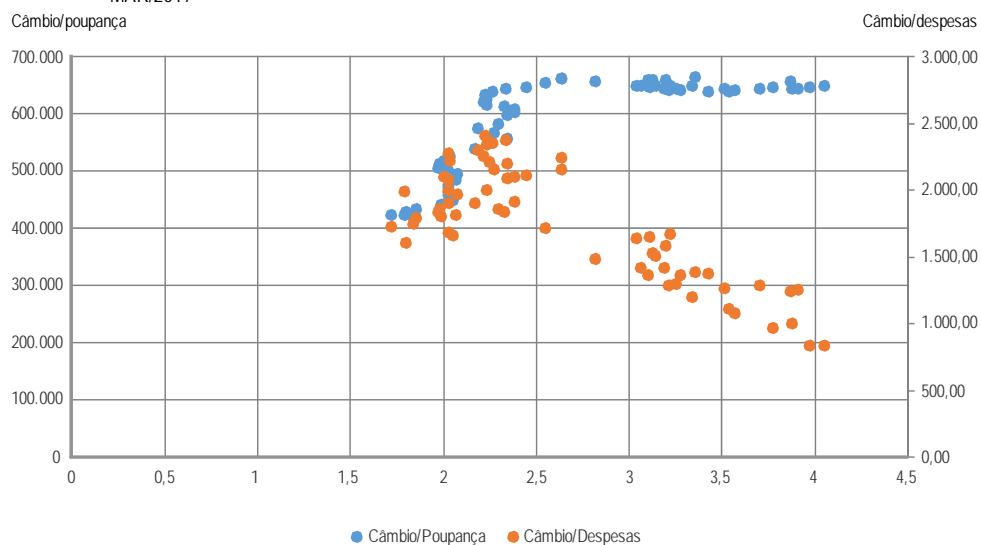
O aumento da confiança em relação à recuperação da economia, aliado ao dólar mais barato, levou as famílias a gastar mais em outros países. De fato, a relação entre a redução da poupança e o aumento das despesas no exterior corrobora a afirmação (gráfico 1).

A inflação em queda e contas externas ajustadas são os principais fatores para a avaliação positiva do BC e do mercado para a melhora das condições econômicas do país, justificando a redução da taxa SELIC. Como consequência, observa-se o comportamento descendente do endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses, que alcançou o patamar de 41,8% em fevereiro de 2017, ante 44,2% em fevereiro de 2016 e 46,2% em fevereiro de 2015.

Diante de um cenário de recuperação dos principais preços macroeconômicos, com a diminuição da inflação e redução das taxas de juros, é possível vaticinar um cenário favorável para o setor turístico voltado à demanda por viagens internacionais, uma vez que um aumento do rendimento, bem como o excedente gerado pela diminuição do ritmo do comprometimento da renda das famílias com dívidas, deverá impulsionar o setor.

\* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

GRÁFICO 1 - DISPERSÃO - TAXA DE CÂMBIO, POUPANÇA E DESPESAS DE RESIDENTES NO EXTERIOR - OUT/2013 - MAR/2017



FONTE: Banco Central do Brasil  
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

Quanto ao cenário de demanda interna por serviços de turismo, deverá permanecer estagnado no curto prazo devido à competitividade internacional e as altas taxas de desemprego no país, que alcançou o patamar de 13,7% no primeiro trimestre deste ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C).

Por outro lado, a mesma pesquisa registrou a estabilidade da massa de rendimento real habitual em R\$ 182,9 bilhões, no trimestre terminado em março de 2017. Tal resultado aponta para uma recuperação da demanda por serviços de turismo em médio e longo prazo.

O que se percebe, levando em conta a estrutura de consumo dos domicílios segundo as faixas de renda extraídas da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, é que a proporção da renda gasta com viagens é substancialmente maior nos extratos mais ricos da população, justificando assim o revigorecimento das despesas no BP brasileiro.

Por certo, os gastos com lazer consolidam-se como excedente da renda disponível, uma vez que a população enquadrada na classe de rendimento de até R\$ 830,00 mensais compromete 28% de sua disponibilidade em alimentação e 80% nas necessidades de consumo básico (alimentação, habitação, vestuário, transporte e higiene pessoal). Já, a faixa com rendimento médio mensal acima de R\$ 10.357,00 compromete apenas 8,5% de sua renda com alimentação e 52,2% com consumo básico, exceto impostos. Tais observações permitem concluir que a disponibilidade do excedente da renda com viagens e turismo se dá nas faixas de renda mais altas (tabela 1).

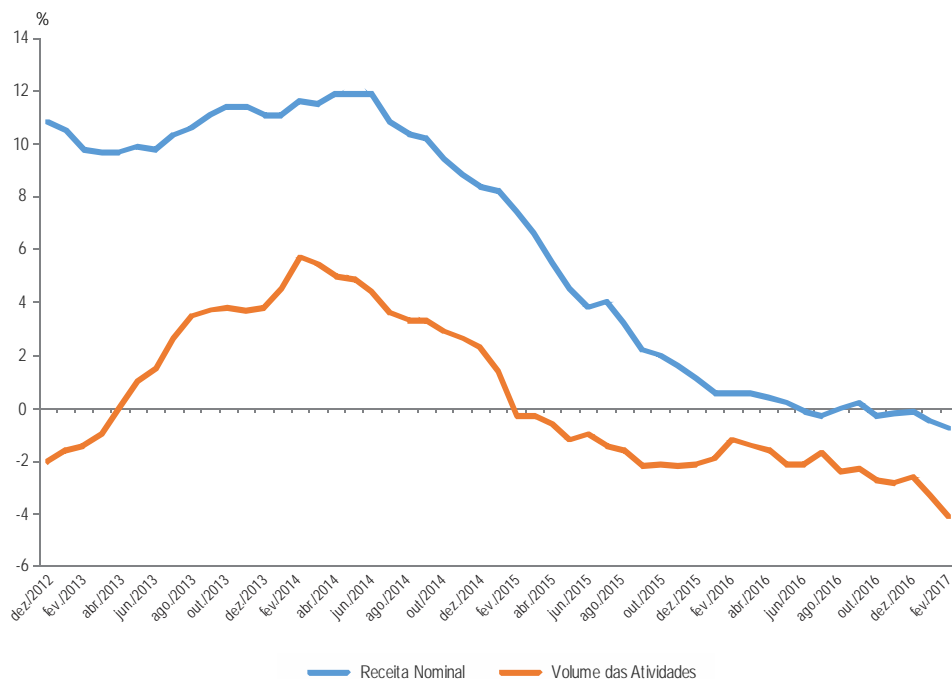
TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO E TIPO DE DESPESA - BRASIL - 2008

TIPOS DE DESPESA	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (%)							
	Total	Até 830 (R\$)	de 831 a 1.245 (R\$)	de 1.246 a 2.490 (R\$)	De 2.491 a 4.150 (R\$)	De 4.151 a 6.225 (R\$)	De 6.226 a 10.375 (R\$)	Mais de 10.375 (R\$)
Alimentação	16,1	27,8	24,8	20,9	16,7	13,7	11,7	8,5
Habitação	29,2	37,2	36,5	33,3	30,2	27,6	25,1	22,8
Transporte	16	9,7	11,1	13,7	16,6	17,5	19,8	17,7
Assistência à saúde	5,9	5,5	6	6,1	5,9	5,7	6,1	5,6
Impostos	4,6	1,4	1,4	2,1	3	4,3	6,1	10
Bens básicos	71,8	81,6	79,8	76,1	72,4	68,8	68,8	64,6
Outros	28,3	18,4	20,3	23,8	27,8	31,1	31,2	35,4

FONTE: IBGE - Pesquisa de Orçamento Familiar

Por outro lado, a queda do volume das atividades turísticas no Brasil, medida pelo Índice de Atividades Turísticas (IATUR) elaborado pelo IBGE, de 8,8%, em fevereiro de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, deriva das incertezas provocadas pelo cenário recessivo da economia e da crescente taxa de desemprego. No acumulado de doze meses, terminado em fevereiro de 2017, as atividades turísticas caíram 4,1%. A perda de dinamismo do setor se inicia no começo de 2014, alcançando patamar negativo em fevereiro de 2015, no caso do volume de atividades turísticas, e em junho de 2016, no caso da receita nominal do setor (gráfico 2).

GRAFICO 2 - ÍNDICE E VARIAÇÃO DA RECEITA NOMINAL E DO VOLUME DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO BRASIL - DEZ 2012- FEV 2017



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços

Cabe lembrar que a opção de um câmbio mais favorável a viagens internacionais, e a demanda interna por serviços de turismo depender do excedente da renda das faixas mais vulneráveis às flutuações econômicas, explica que a dificuldade do setor de turismo interno tem se intensificado devido à crise econômica recente.

Além disso, a valorização cambial e os juros altos, por longos períodos, estimularam o crescimento exponencial dos gastos dos brasileiros no exterior, levando à perda de valor agregado em quase toda as cadeias produtivas, entre elas a do turismo, sem efeito positivo sobre as respectivas produtividades. Cumpre destacar que o aumento dos custos domésticos (salários reais e tributos) e o acirramento da concorrência mundial também contribuíram para comprimir a rentabilidade do setor turístico brasileiro.

As reações diplomáticas às barreiras comerciais estadunidenses, à saída do Reino Unido da União Europeia (UE), e ao reconhecimento da China como economia de mercado têm resultado em movimentação para implementar acordos de liberalização, e intensificação de consultas para novas associações. A Organização Mundial do Comércio (OMC) estima que o comércio de mercadorias crescerá 2,4% em 2017, mas em seu comunicado de abril a instituição ressalva que incertezas econômicas e políticas de curto prazo podem alterar significativamente este cenário. Dessa forma, aponta para uma variação positiva entre 1,8% e 3,6%. No ano passado, a expansão do comércio global de bens cresceu 1,3%.

A insatisfação dos eleitores norte-americanos com a abertura comercial contribuiu para a eleição de candidato comprometido com a implementação de barreiras alfandegárias. Incongruente, o partido republicano, vencedor do último pleito, posicionou-se nas últimas décadas contra medidas compensatórias à globalização, processo no qual os Estados Unidos enriqueceram, e à desindustrialização do país. Resistiu à maior progressividade dos tributos federais e à ampliação de mecanismos de proteção social. O novo incumbente excluiu formalmente o país da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) três dias após sua posse, em janeiro. O complexo texto é um avanço em relação a outros tratados do gênero, particularmente nas garantias à propriedade intelectual e nas regulações de comércio eletrônico.

Foram signatários do acordo, em 2016, doze países. Apenas o Japão o ratificou até o momento, e seu governo tem encorajado os demais integrantes a implementarem-no, a despeito da defecção estadunidense. O TPP é caracterizado como obstáculo à influência chinesa na Ásia, que se intensifica graças a investimentos industriais e em infraestrutura. Embora os países da região tenham expandido os laços com a China, eles veem o acordo como mecanismo para reduzir sua dependência da demanda desse país, sempre sujeita a uma peculiar lógica geopolítica e militar.

Chile, México e Peru, integrantes do TPP, são também membros da Aliança do Pacífico, zona de livre comércio instituída em 2012 da qual a Colômbia também é parte. O revés sofrido pelo TPP estimulou esse grupo a intensificar negociações com o Mercosul, com o objetivo de incrementar a corrente de comércio. A preocupação é particularmente grande no México. As barreiras comerciais planejadas pelos Estados Unidos e a pressão da nova administração federal norte-americana sobre empresas que investem no México, indústrias em especial, provocaram expectativas pessimistas. Exemplo dessa política é a pressão por revisões no North American Free Trade Agreement (NAFTA), sob a pena de extingui-lo. Esse acordo foi celebrado entre Canadá, México e Estados Unidos em 1994.

O divórcio entre Reino Unido e UE, por sua vez, será acrimonioso. Trata-se de uma vinculação que perdura desde 1972, quando o Reino Unido aderiu à Comunidade Econômica Europeia, associação que precedeu a UE. Iniciadas em março, nove meses após a consulta popular que decidiu pela separação, as tratativas deverão ser finalizadas em até dois anos. Os debates públicos não têm versado sobre o arcabouço que embasará comércio, serviços e investimentos entre britânicos e europeus. Ora se concentram nas compensações a serem pagas pelo Reino Unido por compromissos orçamentários e no *status* legal dos britânicos residentes na UE, bem como o de nacionais comunitários que moram na Grã-Bretanha.

A UE tem se mostrado diplomaticamente ativa, impulsionada pelo dinamismo da economia alemã. O bloco negocia tratados com Austrália, Índia, Japão e Mercosul. As tratativas do acordo UE-Mercosul, inertes por mais de uma década, ganharam ímpeto, e as partes esperam ter um texto sacramentado até o final deste ano. A próxima – e provavelmente última – troca de ofertas dar-se-á em Bruxelas, em setembro.

\* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Para além de acordos desfeitos, ressalte-se que a China reivindica – desde o final de 2016 – o *status* de economia de mercado, quinze anos após ser admitida como membro da OMC. Durante esse período, mercados importadores de produtos chineses puderam utilizar preços praticados em terceiros países para balizarem suas investigações sobre *dumping*. A imposição de medidas de defesa contra a prática torna-se, dessa forma, mais difícil.

A mudança de comando no Itamaraty, em maio de 2016, efetivamente produziu pouco mais do que a coordenação de medidas protecionistas com a Argentina e consultas inverossímeis ao empresariado local sobre potenciais tratados com Japão e Coreia do Sul. Foram frustradas as expectativas de que a letargia da última década fosse substituída por aceleração da abertura comercial. Ainda que, como reação ao protecionismo, o novo ímpeto das negociações do Mercosul com a Aliança do Pacífico, UE, e Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) tem algo de promissor. Sob a perspectiva da balança paranaense, as três vertentes apresentam potencial para aumento da corrente de comércio de bens.

Os planos para intensificação de transações com os países da AELC (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) são recentes. Consultas preliminares não identificaram qualquer ponto que não esteja sujeito à negociação. Pretende-se que este seja um acordo amplo, ou seja, compreenda compras governamentais, propriedade intelectual e serviços. As economias desse bloco já praticam tarifas alfandegárias baixas sobre a grande maioria das mercadorias, mas sobre poucas incidem taxas proibitivas, como as impostas sobre queijo (até 230%) e carnes (até 1.000%).

As vendas externas do Paraná podem se beneficiar da abertura para produtos do complexo soja, de material de transporte e componentes, de açúcar, café, e de papel e celulose. Considerados dados de 2016, estes são grupos de mercadorias entre os mais relevantes da pauta do Estado e com participação nula, ou praticamente isso, no rol de aquisições da AELC (tabela 1). Entre estas, o grupo que mais se destaca é o de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, com destaque para partes de torneiras e dispositivos para canalizações.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - BLOCOS ECONÔMICOS SELECIONADOS - PARANÁ - 2016

GRUPO	TOTAL	UE		ALIANÇA DO PACÍFICO		AELC		DEMAIS DESTINOS	
	Export. (US\$)	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)
Complexo soja	4 502 441 277	734 208 967	16,3	9 746 909	0,2	-	-	3 758 485 401	83,5
Complexo carnes	2 634 273 201	253 469 564	9,6	95 936 928	3,6	2 037 153	0,1	2 282 829 556	86,7
Material de transporte e componentes	1 805 963 628	113 216 746	6,3	446 567 544	24,7	526	0,0	1 246 178 812	69,0
Açúcar	962 046 822	68 707 498	7,1	31 452 497	3,3	-	-	861 886 827	89,6
Madeiras e manufaturas de madeira	907 144 672	205 985 365	22,7	114 270 167	12,6	760 708	0,1	586 128 432	64,6
Papel e celulose	872 109 810	80 616 483	9,2	56 957 079	6,5	47 285	0,0	734 488 963	84,2
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	678 619 346	249 212 705	36,7	117 551 828	17,3	8 168 687	1,2	303 686 126	44,8
Produtos químicos	494 574 498	93 815 685	19,0	75 830 674	15,3	3 630 998	0,7	321 297 141	65,0
Café	379 449 143	99 184 567	26,1	11 868 470	3,1	385 605	0,1	268 010 501	70,6
Cereais	345 235 049	20 814 352	6,0	19 148	0,0	-	-	324 401 549	94,0
Calçados e couro	195 273 197	56 456 169	28,9	32 374 617	16,6	49 956	0,0	106 392 455	54,5
Produtos metalúrgicos	187 404 701	16 150 621	8,6	5 575 840	3,0	287 420	0,2	165 390 820	88,3
Materiais elétricos e eletrônicos	170 086 907	13 524 562	8,0	26 588 487	15,6	3 833	0,0	129 970 025	76,4
Petróleo e derivados	144 158 827	249 280	0,2	683 134	0,5	-	-	143 226 413	99,4
Produtos têxteis	97 762 397	11 039 883	11,3	15 089 594	15,4	52 316	0,1	71 580 604	73,2
Demais produtos	794 556 362	179 418 687	22,6	67 535 096	8,5	9 606 893	1,2	537 995 686	67,7

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No fluxo de entrada de bens oriundos de países da AELC, o principal grupo é o de petróleo e derivados, em que se destacam as compras de óleo diesel e de gasolinas, exceto as utilizadas em aviação (tabela 2). No cômputo das importações paranaenses, as principais

aquisições são as de produtos químicos. A participação da AELC nelas é diminuta (0,6%), o que revela potencial para diversificação das fontes de fornecimento. Nesse grupo, ressaltam-se os fertilizantes, fungicidas e inseticidas utilizados nas culturas de grãos. No ano passado, as entradas desses produtos no Estado, e desses quatro países advindas, foram, sobretudo, de adubos com azoto, fósforo e potássio. Na relação entre Paraná e AELC, destaca-se ainda o percentual de importações locais de instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão, que são supridas pelo bloco (8,4%). Os produtos preponderantes nessa categoria foram equipamentos com aplicações médico-cirúrgicas: artigos e aparelhos ortopédicos e implantes extensíveis (*stents*).

O comércio com os países da Aliança do Pacífico, por outro lado, possui longo histórico, uma vez que corresponde a uma associação de economias latino-americanas. Desde o início da década, o fluxo de mercadorias entre Mercosul e esse bloco tem sido intensificado pelas montadoras de automóveis e pela indústria de autopeças. O estreitamento de laços através desses segmentos ganhou força com o Acordo Automotivo com o México, vigente até 2019, e sua fórmula – aumento progressivo de cotas isentas de tarifação – foi replicada em acordo com a Colômbia. Embora as atenções estejam compreensivelmente centradas no México (que responde por 61,3% do produto interno bruto do bloco, segundo dados de 2015 do Banco Mundial), seria ingenuidade subestimar o potencial dos demais integrantes.

Reiteradas manifestações de que as relações comerciais entre as partes poderiam ser expandidas esbarraram em tratativas sobre regras de origem e valor de conteúdo local, no caso dos industrializados, e ressalvas do setor agropecuário do Mercosul quanto à burocracia fitossanitária mexicana. A negociação em conjunto com os demais membros da Aliança do Pacífico tende a alongar o processo, mas o momento para propostas abrangentes é propício.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - BLOCOS ECONÔMICOS SELECIONADOS - PARANÁ - 2016

GRUPO	TOTAL	UE		ALIANÇA DO PACÍFICO		AELC		DEMAIS ORIGENS	
	Import. (US\$)	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)
Produtos químicos	3 077 419 005	777 579 158	25,3	103 793 313	3,4	19 516 069	0,6	2 176 530 465	70,7
Material de transporte e componentes	1 684 744 417	728 113 770	43,2	274 867 924	16,3	2 204 047	0,1	679 558 676	40,3
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1 450 755 222	749 281 249	51,6	50 128 204	3,5	16 846 980	1,2	634 498 789	43,7
Petróleo e derivados	1 264 033 006	101 836 290	8,1	3 993 019	0,3	76 300 748	6,0	1 081 902 949	85,6
Materiais elétricos e eletrônicos	741 260 200	148 749 474	20,1	15 887 530	2,1	2 912 164	0,4	573 711 032	77,4
Cereais	422 343 923	12 866 032	3,0	195 950	0,0	-	-	409 281 941	96,9
Produtos metalúrgicos	339 286 517	145 511 823	42,9	15 744 115	4,6	4 756 582	1,4	173 273 997	51,1
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	207 176 757	82 196 641	39,7	9 206 124	4,4	17 495 936	8,4	98 278 056	47,4
Papel e celulose	197 916 027	81 784 762	41,3	1 955 287	1,0	88 134	0,0	114 087 844	57,6
Complexo soja	107 936 814	189 857	0,2	-	-	-	-	107 746 957	99,8
Produtos têxteis	100 207 677	17 668 857	17,6	2 891 430	2,9	322 227	0,3	79 325 163	79,2
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	76 117 376	45 133 419	59,3	990 285	1,3	106 380	0,1	29 887 292	39,3
Ferramentas	52 209 164	8 734 883	16,7	374 587	0,7	807 413	1,5	42 292 281	81,0
Obras de pedras e semelhantes	36 934 620	18 999 011	51,4	980 759	2,7	2 293 433	6,2	14 661 417	39,7
Vidro e suas obras	36 077 269	10 321 716	28,6	2 000 784	5,5	7 315	0,0	23 747 454	65,8
Demais produtos	1 297 889 402	222 271 182	17,1	66 703 245	5,1	3 359 515	0,3	1 005 555 460	77,5

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.



As exportações paranaenses de *commodities* seriam as maiores beneficiadas pela liberalização do fluxo de produtos primários. Os embarques do complexo soja, de carnes e de cereais (milho, em particular) tendem a ganhar mercado. Estes são produtos ora predominantemente supridos pelos Estados Unidos. A inserção do açúcar paranaense nesses mercados seria consideravelmente mais difícil, uma vez que México e Colômbia são produtores – sexto e décimo-segundo maiores do mundo na safra de 2017, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O mercado de café na região mostra-se um pouco mais complexo. Peru, México e, principalmente, Colômbia produzem grão de excelente qualidade. A indústria de café, em anos recentes, passou por transformação provocada pela disseminação das máquinas alimentadas por cápsulas, e o Brasil, maior produtor e exportador, está inserido nessa mudança. Neste ano, ante a quebra da safra da produção de robusta (conilon) – e da consequente elevação dos preços dos solúveis – cogitou-se a importação de grãos do Vietnã. O Peru seria uma opção mais viável.

No lado das importações, a cadeia produtiva de automóveis e veículos de carga beneficiar-se-ia de tarifas menores. Essas indústrias são as maiores demandantes nos grupos de materiais elétricos e eletrônicos, produtos metalúrgicos e vidros e suas obras. A integração de cadeias do Mercosul e da Aliança do Pacífico estará, naturalmente, em pauta. No ano passado, a região respondeu por 16,3% do montante adquirido de material de transportes e componentes pelo Paraná, sendo US\$ 101,3 milhões (6.999 unidades) de automóveis de passageiros.

O mais promissor e aguardado acordo dar-se-á com a UE. Embora Bruxelas esteja mais preocupada com a defecção britânica, com o recrudescimento das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos e com a disposição japonesa de negociar, as tratativas com o Mercosul estão amadurecidas. Embora sujeito aos surtos protecionistas de sempre – em ambos os lados do Atlântico – durante o processo de internalização, espera-se que o acordo passe a vigorar a partir de 2018.

A UE, Reino Unido inclusive, respondeu por 14,5% do montante aferido pelo Estado com exportações em 2016. O Reino Unido não será signatário do texto em questão e respondeu por 1,23%. Os produtos dos complexos soja e carnes compõem os grupos mais relevantes na pauta de embarques do Paraná para a UE. O terceiro grupo mais significativo nesse rol é o de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (11,3% do montante). A UE foi responsável por 36,7% da receita de exportações desse segmento, novamente com preponderante influência das vendas de partes de torneiras e dispositivos para canalização.

Os maiores obstáculos do lado europeu à configuração do tratado são os impostos pelo *lobby* agropecuário do bloco. Contenciosos levados a termo na OMC, em anos passados, pelo Brasil e outros países exportadores de bens primários, expuseram medidas incompatíveis com as regras da entidade e tornaram menos flagrante a imposição de barreiras. Os subsídios, ainda assim, permanecem. O complexo carnes e o açúcar paranaenses seriam favorecidos com maior liberalização.

Produtos químicos, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e material de transporte e componentes dominam a pauta de importações do lado paranaense. Esses três grupos foram influenciados pelas entradas de fungicidas, equipamentos para fabricação de pasta celulósica e partes de carrocerias para automóveis. Para além de diversificar o rol de fornecedores, a atualização de bens de capital seria menos custosa com a redução tarifária. Ressalte-se, ainda, na entrada de produtos oriundos da UE, a participação majoritária do bloco nas aquisições de móveis e mobiliário médico-cirúrgico (59,3%), máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (51,6%) e obras de pedra e semelhantes (51,4%). Esse último grupo compreende abrasivos, mármore e telhas.

Os procedimentos que galivarão esses acordos estão longe de seu fim, mas as perspectivas há muito não se mostram tão promissoras.

# O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Ana Sílvia Martins Franco\*

Dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acerca da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), mostraram sutil crescimento de 1,1% na produção da indústria brasileira no mês de março de 2017, em relação a março de 2016. Contudo, esse avanço não denota recuperação da indústria nacional. Houve acréscimos na produção de segmentos específicos, como o de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

O segmento de bens de consumo duráveis registrou expansão de 8,5% em março, com acréscimo de 13,2% na fabricação de automóveis. No acumulado de 2017, de janeiro a março, a produção de veículos aumentou 17,1%, segundo o IBGE. As estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) evidenciam aumento de 20,9% na produção de automóveis, equivalentes a 801,6 mil unidades.

Todavia, apesar do incremento na produção de automóveis, as vendas no mercado interno registraram retração. De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE), até o mês de abril de 2017, os emplacamentos de automóveis, incluindo os comerciais leves, recuaram 1,7%. A ANFAVEA apurou retração de 2,4% nos licenciamentos de autoveículos no mesmo período.

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), apurada pelo IBGE, também apontou queda nas vendas do segmento de veículos, motocicletas, partes e peças. Segundo a pesquisa, a desaceleração foi da ordem de 8,1%, no acumulado até março de 2017.

Esse descompasso entre a produção e as vendas de automóveis no mercado interno se justifica pelas exportações: o mercado externo é que está absorvendo o excedente produzido no Brasil.

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) foram exportadas 194.606 unidades de automóveis de passageiros entre janeiro e abril de 2017, num total de US\$2,05 bilhões. Os principais países importadores dos veículos produzidos no Brasil foram Argentina, México, Chile, Colômbia e Uruguai (tabela 1).

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS NO BRASIL - JANEIRO-ABRIL/2017

PAIS	UNIDADES	continua
		US\$
Argentina	138.270	1.409.886.675
México	20.776	167.814.393
Chile	10.598	91.052.288
Colômbia	7.634	75.782.544
Uruguai	7.124	57.401.208
Peru	4.418	40.287.274
Estados Unidos	1.914	65.318.720
Paraguai	1.703	20.795.109
Bolívia	697	6.141.181
Costa Rica	465	4.851.211
Panamá	367	4.175.818
Equador	239	5.324.336
Alemanha	61	983.597
Bélgica	56	578.730
França	46	426.725
Catar	39	98.252.839
Reino Unido	28	196.288
Guatemala	27	126.900
Países Baixos (Holanda)	21	183.211
Japão	19	567.226

\* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS NO BRASIL - JANEIRO-ABRIL/2017

PAÍS	UNIDADES	conclusão
		US\$
Itália	19	189.930
Espanha	18	98.568
Antilhas Holandesas	12	110.980
Honduras	10	160.880
Venezuela	9	160.597
Áustria	9	36.783
Austrália	5	53.936
Ilhas Cayman	4	52.802
Portugal	4	30.770
Cabo Verde	2	54.597
África do Sul	2	29.984
Romênia	2	25.402
Aruba	2	21.152
Nova Zelândia	2	9.844
Bahamas	1	2.072.468
Emirados Árabes Unidos	1	58.492
China	1	29.134
Gana	1	10.603

FONTE: MDIC

Cabe ressaltar que o Brasil fechou acordo de livre comércio com a Colômbia, no qual foram estabelecidas cotas para que ambos os países exportem automóveis, vans e comerciais leves com alíquota zero. Até então, as vendas de automóveis para a Colômbia tinham incidência de 16% de Imposto de Importação.

As cotas foram estipuladas da seguinte maneira, 12 mil unidades no primeiro ano, 25 mil no segundo e 50 mil do terceiro ao oitavo ano. Outrossim, a Colômbia poderá exportar ao Brasil as mesmas quantidades, sem recolher impostos. No entanto, nesse contexto, o Brasil sai em vantagem, visto que, atualmente, a Colômbia não produz automóveis.

O segmento de bens de capital apurou alta de 4,5% em março, na comparação com o mesmo período em 2016, impulsionado pela expansão no grupamento de bens de capital agrícola (36,2%), decorrente da maior fabricação de tratores agrícolas e de máquinas para colheita.

De acordo com a ANFAVEA, a produção de máquinas agrícolas e rodoviárias, no primeiro quadrimestre de 2017, foi de 18.066 unidades, sendo 14.492 unidades de tratores de rodas e 1.751 unidades de colheitadeiras de grãos (tabela 2).

TABELA 2 - PRODUÇÃO, VENDAS E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS POR UNIDADE - BRASIL - JANEIRO-ABRIL/2017

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS	PRODUÇÃO	VENDAS	EXPORTAÇÃO
Tratores de rodas	14.492	10.975	1.900
Tratores de esteiras	379	61	386
Cultivadores motorizados	82	103	71
Colheitadeiras de grãos	1.751	1.425	297
Colhedoras de cana	490	378	19
Retroescavadeiras	872	268	533
TOTAL	18.066	13.210	3.206

FONTE: ANFAVEA

As vendas para as concessionárias registraram crescimento de 33,1% no mesmo período, segundo a entidade. As exportações, que representaram 17,7% da produção nacional, avançaram 56,2% em valor, US\$ 4,61 bilhões de janeiro a abril de 2017, ante US\$ 3,02 bilhões em 2016.

A expansão neste setor está diretamente ligada ao agronegócio, que desempenha papel de expressiva importância para a economia do país, especialmente este ano, em que é esperada uma safra de grãos, sobretudo da soja, que é um dos principais produtos exportados pelo Brasil.

Portanto, pode-se inferir que o aumento na produção de veículos no Brasil não denota recuperação da indústria automobilística. Esse incremento na produção deu-se para atender a demanda externa e do agronegócio.

## AGROINDÚSTRIA

### Cooperativa Lar modernizará unidades de produção e armazenamento

Sediada em Medianeira, na Região Oeste Paranaense, a Cooperativa Lar planeja investir – ao longo de 2017 – cerca de R\$ 100 milhões na ampliação e modernização de sua estrutura de produção e armazenamento. Parte dos recursos origina-se do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através de financiamento de R\$ 41,4 milhões. Os recursos desse contrato serão alocados em melhorias no seu frigorífico avícola em Matelândia, em planta de processamento de soja em Céu Azul, municípios também localizados na Região Oeste, e em armazém de grãos em Ponta Porã (MS).

A Lar reúne aproximadamente 9,9 mil produtores, e sua receita chegou a R\$ 4,85 bilhões no ano passado. A entidade espera que esse montante apresente crescimento não inferior a 12% no ano corrente.

FRIAS, Maria Cristina. Muita calma nessa hora. *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2017. Folhainvest, p. A18.

LOPES, Fernando. BNDES aprova financiamento de R\$ 41,4 milhões à paranaense Lar. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 mar. 2017. Empresas, p. B12.

### Frigoríficos cessam atividades

Duas empresas de processamento de carnes localizadas em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, cessaram suas atividades. O Frigorífico Souza Ramos e a Master Carnes, também conhecida como Central de Carnes Paranaense, pararam de funcionar dias após a deflagração da Operação Carne Fraca, pela Polícia Federal. Citadas nas investigações, as empresas afirmam que a queda nas encomendas provocaram os fechamentos.

O encerramento das operações de Souza Ramos e Master Carnes levou a demissões, respectivamente, de 130 e 150 funcionários.

LIMA, Julio Cesar. Dois frigoríficos em Curitiba fecham as portas e demitem 280. *O Estado de S. Paulo*, 23 mar. 2017. Economia, p.B14.

MARCHORI, Raphael. Frigoríficos de Colombo investigados fecham as portas e demitem 300. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 mar. 2017. p.4.

### Melkstad expandirá produção de leite em Carambeí

O complexo do Grupo Melkstad em Carambeí, na Região Centro-Oriental Paranaense, aumentou em 63,1% a produção diária de leite ao longo de 2016. O volume comercializado pela companhia chegou a 10,7 milhões de litros no ano passado. Houve crescimento do número de vacas em lactação e da produtividade – resultado de incremento no processo de alimentação e ordenha dos animais.

Presentemente, o plantel conta com 860 vacas produtoras de leite. A empresa planeja que esse contingente chegue a 1.800 até o final de 2019, com produção diária de 75 mil litros.

ROCHA, Alda do Amaral. União de forças embala crescimento do Grupo Melkstad. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 mar. 2017. Empresas, p.B9.

### Aquabel planeja expansão

Sediada em Rolândia, na Região Norte Central Paranaense, a Aquabel Piscicultura planeja triplicar sua produção de alevinos de tilápia nos próximos três anos. A criação de peixes em cativeiro alcançou 580 mil toneladas em 2016, de acordo com a Associação Brasileira de Piscicultura. Estima-se que a tilápia responda por algo entre 60% e 65% desse montante. Presentemente, a Aquabel gera 100 milhões de alevinos por ano, em suas unidades distribuídas por seis estados.

Em 2016, 75% da Aquabel foi adquirida pelo EW Group GmbH, de capital alemão.

LOPES, Fernando. Sucesso da tilápia move crescimento da Aquabel. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 abr. 2017. Empresas, p.B10.

\* Elaborado com informações disponíveis entre 01/03/2017 a 30/04/2017.

\*\* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

## Moinho globo inaugura segunda unidade em Sertanópolis

O Moinho Globo inaugurou sua segunda unidade de processamento de trigo em Sertanópolis, na Região Norte Central Paranaense. A companhia investiu R\$ 100 milhões nesse empreendimento, sendo R\$ 60 milhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em contrato firmado em 2014. A nova estrutura tem capacidade de produzir, diariamente, 600 toneladas de farinha. O plano prevê que nos próximos anos essa capacidade alcance 1.000 toneladas. Fundada em 1954, a empresa possui uma planta mais antiga na cidade, capaz de gerar 450 toneladas de farinha por dia.

O Moinho Globo planeja, ainda neste ano, alocar R\$ 15 milhões na construção de armazéns de trigo e expandir sua capacidade de estocagem – de 31 para 41 mil toneladas.

RAMOS, Camila Souza. Moinho Globo, do Paraná, dobra sua capacidade. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 abr. 2017. Empresas, p.B12.

---

## INDÚSTRIA

### J. Macêdo modernizará plantas e diversificará linha de produtos

A fabricante de alimentos J. Macêdo planeja alocar, em 2017, R\$ 350 milhões na modernização de cinco plantas no País e de seu terminal no porto de Salvador (BA). Entre as unidades industriais que receberão melhorias está aquela localizada em Londrina, na Região Norte Central Paranaense.

A empresa estima que os melhoramentos, realizados com empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras, elevarão entre 7% e 10% a capacidade de produção dessas plantas. A J. Macêdo controla as marcas Dona Benta, Petybon e Sol. A companhia planeja diversificar o rol de massas secas, misturas e farinhas para o consumidor final e de farinhas especiais para panificadores. Avalia, ainda, lançar-se no mercado de biscoitos.

BOUÇAS, Cibelle. J. Macêdo acelera ritmo de investimento em fábricas. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 mar. 2017. Empresas, p B6.

---

### Nova indústria em Campo Largo

A vinícola Família Zanlorenzi alocou R\$ 40 milhões na implantação de fábrica de chás e sucos naturais em Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba). A planta é capaz de envasar aproximadamente 15 mil garrafas de pet asséptico por hora. A empresa planeja lançar 28 versões dos produtos ao longo do ano.

SANT'ANA, Jessica. Família Zanlorenzi investe R\$ 40 mi em fábrica de sucos e chás. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 abr. 2017. p.25.

---

### Atlas Schindler investe em Londrina

A unidade industrial da Atlas Schindler em Londrina, Região Norte Central Paranaense, receberá investimentos com o objetivo de aumentar sua produtividade. A planta produz elevadores, escadas e esteiras rolantes. A companhia de capital suíço alocará cerca de R\$ 100 milhões no País, entre as melhorias nessa indústria, ampliação da sede em São Paulo e programas de treinamento e requalificação.

A Atlas Schindler estima que o mercado de elevadores novos tenha diminuído, entre 2012 e 2017, de 14 para 8 mil unidades anuais. Dessa forma, cresceram as participações de serviços de modernização de equipamentos e manutenção no faturamento da empresa. Sua receita líquida superou R\$ 2 bilhões no ano passado, o que representa crescimento de 2,75% em relação ao registrado em 2015.

QUINTÃO, Chiara. Atlas Schindler se prepara para novo ciclo. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 abr. 2017. Empresas, p.B2.

---

## Araupel expandirá unidade de Guarapuava

A Araupel alocará US\$ 30 milhões na expansão de sua fábrica de Guarapuava, na Região Centro-Sul Paranaense. Estima-se que a unidade passará a ter capacidade de processamento de madeira 20% superior à atual. O mercado externo absorve 97% dos produtos da empresa, sendo Estados Unidos e Canadá os principais demandantes.

A Araupel fabrica componentes de madeira para a construção civil, bem como peças utilizadas na montagem de móveis, portas e janelas. A empresa possui outra unidade industrial na mesma região do Estado, localizada no município de Quedas do Iguaçu.

QUINTÃO, Chiara. Araupel vai ampliar produção no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 abr. 2017. Empresas, p.B4.

---

## SERVIÇOS

### Unicesumar investirá em Arapongas

A UniCesumar planeja construir dois *campi*, em Arapongas (Região Norte Central Paranaense) e em Campo Grande (MS). Estima-se que a implantação dessas unidades demandará R\$ 40 milhões. Recursos da própria instituição serão alocados nos empreendimentos, complementados por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Entre 2015 e 2016, a UniCesumar apresentou crescimento de 10% em seu faturamento, aproximadamente.

FRIAS, Maria Cristina. Tão perto, tão longe. *Folha de S. Paulo*, 15 mar. 2017. p.A18.

---

# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1984-2017

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016 <sup>(1)</sup>	26 010	117 106	4 502	30 400	777 033	25 560	46 200	65 283	1 413
2017 <sup>(1)</sup>	24 831	160 886	6 479	33 028	934 182	28 285	46 009	74 165	1 612

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016 <sup>(1)</sup>	663 483	47 445 019	71 509	42 390	207 312	4 891	393 685	593 348	1 507
2017 <sup>(1)</sup>	659 813	50 411 723	76 403	53 700	246 762	4 595	438 732	809 425	1 845

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1984-2017

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015	76 586	180 378	2 355	143 034	3 958 983	27 679	2 465 012	16 223 473	6 581
2016 <sup>(1)</sup>	73 696	147 991	2 008	132 413	3 633 430	27 440	2 619 319	13 489 032	5 150
2017 <sup>(1)</sup>	77 984	184 068	2 360	108 152	2 709 588	25 054	2 880 738	18 523 558	6 430

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	...	...	...	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	...	...	...	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	...	...	...	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	...	...	...	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	...	...	...	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	...	...	...	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015	5 246 532	17 262 381	3 290	4 445	265 674	59 769	1 336 739	3 318 802	2 483
2016 <sup>(1)</sup>	5 453 487	16 852 229	3 090	4 336	245 666	56 657	1 091 245	3 447 429	3 159
2017 <sup>(1)</sup>	5 255 423	19 388 645	3 689	4 288	258 246	60 225	998 980	3 149 806	3 153

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.



TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2016

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014	3 651 564	336 966	611 183
2015 <sup>(1)</sup>	3 994 430	300 325	676 257
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maio	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058
Julho	356 162	24 598	63 178
Agosto	337 640	24 082	57 847
Setembro	333 332	26 472	56 881
Outubro	345 604	28 759	56 841
Novembro	338 346	24 474	54 304
Dezembro	329 043	31 309	55 621
2016 <sup>(1)</sup>	4 109 741	290 105	777 745
Janeiro	333 554	23 448	57 883
Fevereiro	322 393	22 453	60 510
Março	360 057	25 382	66 208
Abril	348 437	22 938	64 690
Maio	355 399	22 216	63 331
Junho	362 652	24 798	65 410
Julho	339 015	21 999	62 937
Agosto	353 048	23 737	68 680
Setembro	324 808	25 211	68 547
Outubro	333 153	24 978	66 290
Novembro	335 121	24 122	66 027
Dezembro	342 102	28 822	67 233

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2017

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
2016 <sup>(1)</sup>	7 208 746	47,52	1 948 753	12,85	5 922 066	39,04	91 535	0,60	15 171 100
Janeiro	443 582	50,92	95 671	10,98	324 215	37,22	7 724	0,89	871 191
Fevereiro	506 985	50,55	54 316	5,42	435 809	43,45	5 805	0,58	1 002 915
Março	903 242	60,61	104 723	7,03	473 748	31,79	8 454	0,57	1 490 167
Abril	935 222	62,38	85 062	5,67	468 777	31,27	10 153	0,67	1 499 214
Maio	810 823	53,56	171 633	11,34	522 521	34,52	8 807	0,58	1 513 784
Junho	738 827	49,60	219 489	14,74	521 347	35,00	9 793	0,66	1 489 456
Julho	745 730	53,96	174 600	12,63	454 100	32,86	7 511	0,54	1 381 941
Agosto	510 060	37,85	278 356	20,65	556 155	41,27	3 150	0,23	1 347 721
Setembro	480 831	38,47	236 993	18,96	525 068	42,01	7 077	0,57	1 249 969
Outubro	397 900	37,96	166 048	15,84	478 834	45,69	5 320	0,51	1 048 103
Novembro	304 334	29,64	167 471	16,31	549 262	53,48	5 984	0,58	1 027 051
Dezembro	431 212	34,51	194 390	15,56	612 230	48,99	11 756	0,94	1 249 589
2017 <sup>(1)</sup>	2 885 067	52,30	542 909	9,84	2 047 537	37,11	41 313	0,75	5 516 826
Janeiro	415 581	43,05	122 864	12,73	416 266	43,12	10 549	1,09	965 261
Fevereiro	542 994	45,48	132 400	11,09	510 482	42,76	8 042	0,67	1 193 919
Março	1 066 408	58,57	142 549	7,83	597 616	32,82	14 138	0,78	1 820 711
Abril	860 083	55,96	145 096	9,44	523 173	34,04	8 584	0,56	1 536 936

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2017

PERÍODO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 175 844	13 956 957	218 887	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 145	19 345 381	- 1 106 236	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
2016 <sup>(1)</sup>	15 171 100	11 092 307	4 078 792	185 235 401	137 552 003	47 683 398
Janeiro	871 191	737 597	133 594	11 237 669	10 322 638	915 031
Fevereiro	1 002 915	767 287	235 628	13 342 876	10 301 098	3 041 779
Março	1 490 167	930 172	559 994	15 991 810	11 560 718	4 431 092
Abril	1 499 214	852 267	646 947	15 371 763	10 509 742	4 862 022
Mai	1 513 784	827 565	686 219	17 568 725	11 136 159	6 432 566
Junho	1 489 456	972 365	517 090	16 738 067	12 769 487	3 968 580
Julho	1 381 941	1 023 103	358 838	16 328 248	11 752 696	4 575 510
Agosto	1 347 721	1 058 556	289 165	16 986 462	12 848 450	4 138 013
Setembro	1 249 969	1 041 253	208 716	15 800 120	11 987 439	3 812 681
Outubro	1 048 174	981 236	66 867	13 713 132	11 375 442	2 337 690
Novembro	1 027 103	942 487	84 564	16 215 928	11 462 653	4 753 275
Dezembro	1 249 589	958 419	291 170	15 940 641	11 525 482	4 415 159
2017 <sup>(1)</sup>	5 516 826	3 653 865	1 862 961	68 139 501	46 769 091	21 370 410
Janeiro	965 261	958 901	6 360	14 908 421	12 198 243	2 710 177
Fevereiro	1 193 919	851 270	342 649	15 468 710	10 912 361	4 556 348
Março	1 820 711	995 718	824 994	20 076 420	12 941 623	7 134 797
Abril	1 536 936	847 977	688 959	17 685 951	10 716 863	6 969 088

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PREÇO, DE QUANTUM E DE TERMOS DE TROCA - PARANÁ - 1998-2016

PERÍODO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		TERMOS DE TROCA
	Índice de Preço	Índice de <i>Quantum</i>	Índice de Preço	Índice de <i>Quantum</i>	
1998	79,8	109,3	88,7	104,7	90,0
1999	79,6	117,1	91,6	75,4	86,9
2000	94,4	118,6	94,1	101,9	100,3
2001	92,8	130,7	89,7	88,8	103,4
2002	90,8	118,2	95,2	53,8	95,4
2003	99,7	126,1	105,4	75,2	94,6
2004	106,5	123,6	101,0	86,6	105,4
2005	95,3	112,1	105,3	80,9	90,5
2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007	106,5	116,0	100,4	113,8	106,1
2008	119,9	103,1	125,3	97,6	95,7
2009	84,2	87,6	79,2	63,2	106,4
2010	102,7	123,2	97,4	112,8	105,4
2011	111,2	110,5	108,5	93,9	102,5
2012	93,5	109,1	93,5	83,7	100,0
2013	93,9	109,8	92,6	81,6	101,5
2014	89,6	100,1	91,3	74,2	98,2
2015	78,8	116,1	84,6	64,4	93,1
2016	89,0	114,5	85,4	79,0	104,2

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base fixa: 2006=100

Elaborado com dados brutos da SECEX-MDIC.

Utilizou-se índices de Fisher.

TABELA 6 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2017

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2014 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Combustíveis e lubrificantes	72,1	74,0	86,7	92,4	95,9	93,9	78,4	80,5	82,3	81,5	81,9	78,6	84,9	95,0	100,0	96,8	87,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	65,6	64,1	60,4	58,4	65,1	60,5	64,2	68,4	71,0	74,2	78,4	83,1	91,6	97,0	100,0	98,7	96,9
Hipermercados e supermercados	65,5	64,4	60,9	58,9	65,7	60,6	64,2	68,4	70,9	74,1	78,2	82,8	91,6	96,9	100,0	98,8	97,5
Tecidos, vestuário e calçados	84,3	85,2	75,0	78,3	84,0	84,8	83,5	87,9	91,8	91,3	95,7	94,0	99,8	99,9	100,0	90,1	84,5
Móveis e eletrodomésticos	34,4	32,9	32,3	34,5	44,7	50,5	54,9	61,7	67,8	68,1	79,0	92,3	99,0	103,3	100,0	88,4	77,6
Móveis	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	103,0	110,5	106,4	100,0	82,3	75,7
Eletrodomésticos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	84,6	92,4	101,9	100,0	92,2	78,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	...	29,6	32,6	34,6	36,6	41,6	51,3	61,2	71,3	86,0	95,4	100,0	105,3	103,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	...	84,3	84,3	81,2	84,6	96,1	105,6	122,0	119,3	115,3	125,1	100,0	87,2	71,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	...	9,0	15,9	24,1	31,0	61,7	98,3	134,5	141,0	130,3	120,3	100,0	98,3	81,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	...	29,7	33,9	39,4	43,0	50,6	56,1	65,1	71,0	85,6	93,3	100,0	97,6	86,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	52,7	52,2	51,8	52,3	58,2	57,6	59,3	63,5	68,0	71,5	78,1	83,6	91,9	97,7	100,0	96,8	91,8

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2014 = 100)															
	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16	Mai./16	Jun./16	Jul./16	Ago./16	Set./16	Out./16	Nov./16	Dez./16	2017	Jan./17	Fev./17	Mar./17
Combustíveis e lubrificantes	87,7	85,8	85,3	86,7	88,9	89,6	92,9	91,5	86,5	85,7	84,8	89,6	98,6	94,8	92,9	108,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	100,7	94,3	98,6	94,4	90,1	90,0	94,6	91,7	93,9	96,2	96,0	122,4	97,6	101,0	93,2	98,6
Hipermercados e supermercados	101,7	95,0	99,3	95,0	90,4	90,3	95,0	92,0	94,5	96,7	96,7	123,7	93,2	97,7	89,3	92,7
Tecidos, vestuário e calçados	69,3	61,5	72,0	82,0	100,5	89,7	79,1	83,0	70,1	76,9	80,3	149,7	66,2	66,1	60,0	72,5
Móveis e eletrodomésticos	84,3	74,7	75,7	72,1	78,9	71,7	71,2	71,3	66,3	72,9	86,1	106,2	72,9	78,3	64,3	76,0
Móveis	87,0	73,0	74,9	72,9	78,6	69,7	69,6	68,6	65,1	69,7	79,7	100,0	52,2	59,8	44,2	52,5
Eletrodomésticos	82,6	75,9	76,1	71,6	79,2	72,9	72,2	73,1	67,1	74,9	90,1	110,2	67,6	51,9	69,4	81,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,6	89,4	112,7	101,8	104,2	101,6	104,9	103,8	100,5	104,0	106,5	117,2	97,7	95,2	88,3	109,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	99,5	94,4	76,6	66,7	62,4	60,5	63,9	69,4	61,6	44,1	44,4	108,9	74,0	84,2	70,2	67,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	80,5	78,1	83,5	75,3	74,9	80,7	81,1	82,8	79,5	80,1	87,1	95,0	77,8	32,1	91,2	110,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	78,8	68,3	80,2	77,3	84,3	81,7	78,7	77,7	72,7	90,3	94,9	149,9	72,8	77,5	66,1	74,7
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	92,6	85,8	91,1	88,6	89,7	87,8	89,6	88,2	86,4	90,0	92,1	119,5	90,1	91,3	84,7	94,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2004-2017

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Jan./16	Fev./16
Indústria de transformação	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	113,4	100,0	103,0	97,7	89,1	85,2	71,8	74,8
Produtos alimentícios	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	104,7	100,0	102,4	96,7	94,3	98,8	71,0	77,0
Bebidas	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	106,6	100,0	99,7	104,5	113,9	119,4	126,5	121,6
Produtos de madeira	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	92,4	100,0	117,3	120,9	119,8	124,7	115,2	109,7
Celulose, papel e produtos de papel	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	109,5	100,0	98,8	103,1	112,9	112,7	102,1	104,8
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	104,5	100,0	97,0	100,7	96,1	81,4	85,0	76,6
Outros produtos químicos	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	117,2	100,0	103,0	101,5	98,2	89,6	87,9	89,4
Produtos de borracha e de material plástico	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	109,6	108,0	97,8	95,1	86,3	90,6
Minerais não metálicos	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	111,3	100,0	110,5	111,5	89,8	73,1	74,0	76,8
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	105,7	100,0	98,4	96,5	87,3	77,5	66,3	73,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	97,2	100,0	104,1	106,1	99,6	93,2	78,2	78,7
Máquinas e equipamentos	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	115,1	100,0	112,6	98,1	89,8	93,2	51,1	54,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	126,5	100,0	103,8	82,5	55,5	51,7	34,9	48,9
Móveis	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	103,2	100,0	101,4	94,0	76,2	66,9	69,9	72,5

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)													
	Mar./16	Abr./16	Mai./16	Jun./16	Jul./16	Ago./16	Set./16	Out./16	Nov./16	Dez./16	2017	Jan./17	Fev./17	Mar./17
Indústria de transformação	86,0	85,0	83,8	89,1	93,3	91,0	86,1	90,8	91,2	79,4	81,1	74,8	78,2	90,2
Produtos alimentícios	100,9	104,4	100,6	106,6	113,3	107,7	106,3	108,3	103,5	85,5	86,5	82,6	84,0	93,0
Bebidas	128,9	114,8	90,9	95,4	94,3	133,3	126,9	133,5	127,4	138,7	125,5	129,1	116,7	130,7
Produtos de madeira	128,4	125,1	129,0	127,7	125,6	135,8	134,3	131,7	130,9	102,6	122,1	120,5	109,4	136,5
Celulose, papel e produtos de papel	110,8	108,1	103,5	111,5	123,9	116,3	115,0	112,8	124,4	119,7	103,4	100,3	98,5	111,5
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	80,7	88,4	87,4	89,6	89,2	69,6	66,1	91,3	82,3	70,5	72,1	69,3	66,5	80,4
Outros produtos químicos	75,2	64,6	83,0	102,1	99,9	107,4	112,0	91,2	81,2	81,4	74,7	87,0	70,3	66,7
Produtos de borracha e de material plástico	99,7	95,1	95,5	101,5	99,2	109,3	93,5	95,7	91,7	82,7	93,7	90,1	90,4	100,7
Minerais não metálicos	78,8	78,4	70,8	73,0	79,0	77,8	60,7	67,6	75,8	64,2	78,6	66,6	78,3	91,0
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	80,9	71,3	82,5	84,0	79,1	83,8	78,6	78,7	78,9	72,0	79,5	77,1	76,7	84,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	99,0	100,2	102,0	101,5	88,4	108,2	88,5	99,5	94,0	79,9	87,8	80,1	82,2	101,0
Máquinas e equipamentos	85,8	67,8	77,5	93,9	103,4	121,3	118,3	109,9	125,8	114,9	105,7	68,8	115,9	132,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	54,4	53,3	47,0	51,6	63,1	57,6	48,5	50,2	60,8	49,7	56,1	46,3	54,2	67,8
Móveis	73,9	67,1	67,0	61,1	59,0	67,1	64,6	65,9	72,6	62,3	64,0	59,8	63,2	69,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 8 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2016

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL <sup>(1)</sup>	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	2 130	5,6
Abril-junho 2012	2 078	5,3
Julho-setembro 2012	2 146	4,6
Outubro-dezembro 2012	2 101	4,3
Janeiro-março 2013	2 163	4,9
Abril-junho 2013	2 156	4,5
Julho-setembro 2013	2 205	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 199	3,7
Janeiro-março 2014	2 235	4,1
Abril-junho 2014	2 206	4,1
Julho-setembro 2014	2 219	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 282	3,7
Janeiro-março 2015	2 276	5,3
Abril-junho 2015	2 223	6,2
Julho-setembro 2015	2 215	6,1
Outubro-dezembro 2015	2 139	5,8
Janeiro-março 2016	2 104	8,1
Abril-junho 2016	2 090	8,2
Julho-setembro 2016	2 136	8,5
Outubro-dezembro 2016	2 191	8,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de novembro de 2016.

TABELA 9 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2017

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
2016	- 24 729	- 14 790	- 7 234	- 11 463	- 1 612	-	- 59 828
2017	7 781	2 262	- 3 904	8 426	1 496	-	16 061
Janeiro	3 756	1 548	- 3 073	2 020	722	-	4 973
Fevereiro	2 177	1 159	396	5 467	763	-	9 962
Março	1 848	- 445	- 1 227	939	11	-	1 126

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 10 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2015

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>		BRASIL <sup>(2)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(3)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(3)</sup>	Variação Real (%)
2002	88 236	-	1 488 787	-
2003	110 039	4,0	1 717 950	1,1
2004	123 452	5,4	1 957 751	5,8
2005	127 465	0,6	2 170 585	3,2
2006	137 648	1,9	2 409 450	4,0
2007	165 209	7,2	2 720 263	6,1
2008	185 684	4,0	3 109 803	5,1
2009	196 676	- 1,7	3 333 039	- 0,1
2010	225 205	9,9	3 885 847	7,5
2011	257 122	4,6	4 376 382	4,0
2012	285 620	0,0	4 814 760	1,9
2013	333 481	5,5	5 331 619	3,0
2014	348 084	- 1,5	5 778 953	0,5
2015	365 881	- 3,3	6 000 570	- 3,8

FONTE: IBGE/ IPARDES – Contas Regionais do Brasil

NOTA: Nova metodologia, referência 2010.

(1) O resultado para o Estado do Paraná, no ano de 2015, é estimativa preliminar do IPARDES.

(2) Dado do PIB do Brasil de 2015, calculado pelo IBGE, refere-se às Contas Nacionais Trimestrais.

(3) Preços correntes de mercado.





---

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347  
[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br) - [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)